



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2016, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. Foram distribuídos no exercício o montante de R\$ 13 milhões (R\$ 10 milhões em 2015). **Patrimônio Líquido e Resultado:** O patrimônio líquido da Instituição ao final do exercício é R\$ 256.853 milhões (R\$ 250.743 milhões em 2015). O lucro no exercício é R\$ 19.137 milhões (R\$ 10.985 milhões em 2015). São Paulo, 28 de Março de 2017

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		1.717.613	1.529.522	Circulante		858.752	763.258
Disponibilidades	4	6.073	6.564	Depósitos	12	136.991	30.151
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	171.608	84.411	Depósitos interfinanceiros		3.468	21.597
Aplicações no mercado aberto		158.080	82.001	Depósitos a prazo		133.523	8.554
Aplicações em depósitos interfinanceiros		13.528	2.410	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	414.983	91.839
Títulos e valores mobiliários	6	147.299	7.806	Recursos de aceites cambiais		414.983	91.839
Carteira própria		147.190	1.972	Outras obrigações		306.778	641.268
Vinculados à prestação de garantias		109	5.834	Cobrança e arrecadação de tributos e			
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	—	2.020	assemelhados		928	740
Operações de crédito	8	1.052.930	1.211.324	Fiscais e previdenciárias		44.235	57.590
Setor privado		1.036.399	1.839.161	Diversas	14	261.615	582.938
Operações de crédito vinculadas a cessão		249.694	626.457	Exigível a longo prazo		1.322.431	1.669.567
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(295.363)	(1.254.294)	Depósitos	12	414.376	459.546
Outros créditos	9	306.113	147.606	Depósitos interfinanceiros		—	5.316
Diversos		307.665	149.171	Depósitos a prazo		414.376	454.230
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.552)	(1.565)	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	741.016	834.046
Outros valores e bens	10a	33.590	69.791	Recursos de aceites cambiais		741.016	834.046
Bens não destinados a uso		3.392	6.145	Outras obrigações		167.039	375.975
Provisões para desvalorização	10a	(1.426)	(2.865)	Letras financeiras subordinadas		91.307	76.351
Despesas antecipadas	10b	31.624	66.511	Diversos	14	75.732	299.624
Realizável a longo prazo		677.064	1.121.261	Resultado de Exercícios Futuros		2.337	1.244
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	—	5.285	Resultado de Exercícios Futuros		2.337	1.244
Aplicações em depósitos interfinanceiros		—	5.285	Patrimônio líquido	18	256.853	250.743
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	48.689	199.525	Capital		164.088	164.088
Carteira própria		48.158	185.821	De domiciliados no País		164.088	164.088
Vinculados à prestação de garantias		531	13.704	Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	26
Operações de crédito	8	416.055	607.354	Reserva de lucros		92.766	86.629
Setor privado		389.738	366.164	Total do passivo		2.440.373	2.684.812
Operações de crédito vinculadas a cessão		76.203	298.087				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(49.886)	(56.897)				
Outros créditos	9	159.567	245.828				
Diversos		159.567	245.828				
Outros valores e bens	10b	52.753	63.269				
Despesas antecipadas		52.753	63.269				
Permanente		45.696	34.029				
Investimentos	11	43.177	31.329				
Participações em controladas		43.177	31.329				
Imobilizado de uso		2.519	2.700				
Outras imobilizações de uso		2.519	2.700				
(Depreciação acumulada)		(4.727)	(4.271)				
Total do ativo		2.440.373	2.684.812				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Reserva			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital	Legal	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	164.088	4.280	81.364	(9)	249.723	249.723
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda	—	—	—	35	—	35
Lucro do exercício	—	—	—	—	10.985	10.985
Distribuição de dividendos:	—	—	(10.000)	—	(10.000)	(10.000)
Destinações do lucro:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	549	—	—	(549)	—
Reserva de lucros	—	—	10.436	—	(10.436)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015	164.088	4.829	81.800	26	250.743	250.743
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda	—	—	—	(27)	(27)	(27)
Lucro do exercício	—	—	—	—	19.137	19.137
Distribuição de dividendos:	—	—	(13.000)	—	(13.000)	(13.000)
Destinações do lucro:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	957	—	—	(957)	—
Reserva de lucros	—	—	18.180	—	(18.180)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	164.088	5.786	86.980	(1)	256.853	256.853
Saldos em 30 de junho 2016	164.088	5.143	74.770	18	244.019	244.019
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda	—	—	—	(19)	(19)	(19)
Lucro do semestre	—	—	—	—	12.853	12.853
Destinações do lucro:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	643	—	—	(643)	—
Reserva de lucros	—	—	12.210	—	(12.210)	—
Saldos em 31 de dezembro 2016	164.088	5.786	86.980	(1)	256.853	256.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento. A Omni possui participação nas seguintes controladas diretas no país:

Controladas diretas no país	Percentual de participação	
	31/12/2016	31/12/2015
Omni Gestão e Cobrança Ltda.	89,99%	89,99%
Omni Informática Ltda.	99,99%	99,99%
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	99,98%	99,98%
Omni S.A. - Arrendamento Mercantil	99,99%	99,99%

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de Março de 2017. As demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados.).

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
b. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
c. Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.
d. Ativo circulante e realizável a longo prazo: Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: (i) **Títulos para negociação - Adquiridos** com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. (ii) **Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos** com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. (iii) **Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são** registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
Instrumentos financeiros derivativos: A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos

em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a "hedge", com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de "hedge", são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN. Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço. A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. **Cessosões de crédito:** As cessões de créditos realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato. Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada em duplicidade na carteira dos fundos e na Instituição (a partir de 2014) e os ajustes decorrentes da sensibilidade do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição (arrasto), são contabilizados na rubrica de "Outras Obrigações". **e. Outros valores e bens:** **• Despesas antecipadas:** As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. Conforme circular 3.693/2013 do Bacen, as comissões pagas pela origem das operações de créditos, ocorridas em 2015 e 2016 foram reconhecidas a resultado um terço e dois terços respectivamente do valor total pago no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo máximo de 36 meses, ou durante o prazo dos contratos, quando da liquidação ou da baixa da operação. **• Bens não de uso:** Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f. Permanente - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. **h. Passivo circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e aplicações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **i. Passivos contingentes e obrigações legais:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2016	2016	2015	2015
Receitas da intermediação financeira		582.338	1.159.518	888.877	
Operações de crédito	8f	490.350	853.356	455.446	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	19.827	97.498	177.720	
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	8h	71.234	188.712	253.123	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7a	927	19.952	2.588	
Despesas da intermediação financeira		(297.277)	(677.113)	(651.512)	
Operações de captação no mercado	12b	(137.223)	(262.892)	(215.292)	
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	13	—	—	(11.065)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8h	(77.455)	(215.254)	(271.254)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(82.599)	(198.967)	(153.901)	
Resultado bruto da intermediação financeira		285.061	482.405	237.365	
Outras receitas (despesas) operacionais		(277.089)	(472.061)	(287.858)	
Receitas de prestação de serviços	19	46.461	99.936	98.425	
Despesas de pessoal	20	(8.515)	(14.087)	(14.090)	
Outras despesas administrativas	21	(182.393)	(356.227)	(301.855)	
Despesas tributárias	22	(13.088)	(29.010)	(28.760)	
Resultado de participações em controladas	11	6.252	20.847	22.222	
Outras receitas operacionais	23	13.008	27.234	20.346	
Outras despesas operacionais	24	(138.814)	(220.754)	(84.146)	
Resultado operacional		7.972	10.344	(50.493)	
Resultado não operacional		(229)	120	(4.774)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		7.743	10.464	(55.267)	
Imposto de renda e contribuição social		5.110	6.673	66.252	
Provisão para imposto de renda		(716)	(716)	(571)	
Provisão para contribuição social		(628)	(628)	(422)	
Ativo fiscal diferido	17	6.454	10.017	67.245	
Lucro líquido do semestre/exercícios		12.853	19.137	10.985	
Lucro por ação em R\$		0,06072	0,09041	0,05190	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

Soluções Financeiras

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	2016			2015		
	Até 3 meses	Valor mercado/contábil	Valor custo atualizado	Valor mercado/contábil	Valor custo atualizado	
Para negociação						
Títulos de capitalização						18
Total						18
Disponível para venda						

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor custo atualizado	Valor custo atualizado	
Notas do Tesouro Nacional - NTN B						215
Letra financeira do tesouro - LFT		532	532	531	531	13.704
Quotas de fundos de investimento (i)	147.299	48.158	195.457	195.457	193.394	193.394
Total	147.299	48.690	195.989	195.988	207.313	

(i) Referem-se a aplicações em quotas subordinadas de fundos de investimento em direitos creditórios fechados e quotas de fundo de curto e longo prazo: Em 31 de Dezembro de 2016 as quotas de fundos de investimento e os títulos públicos federais estavam registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. O critério utilizado para atualização das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são classificadas no grupo de "Outras obrigações". As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic. Em 31 de dezembro de 2016, os títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações de derivativos (DOL Futuro) e Letras de Câmbio totalizam R\$ 640 (R\$ 19.538 em 2015).

b. Resultado com títulos e valores mobiliários:

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.425	13.952	26.607	
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	12.077	82.349	150.533	
Resultado de aplicação em notas do tesouro nacional	2	18	25	
Rendas de aplicação em letras financeiras do tesouro	388	1.314	697	
Prejuízo com títulos de capitalização	(65)	(135)	(142)	
Total	19.827	97.498	177.720	

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira. A Instituição liquidou suas operações de Swap em 26 de outubro de 2015. Os contratos de opções de compra foram devidamente registrados na CETIP - Central de custódia e de liquidação financeira de títulos, Notional no valor de USD 10.000, montam o valor de R\$ 0 (R\$ 2.020 em 2015).

a. Resultado com instrumentos financeiros derivativos: Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas nos exercícios de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Contratos de swap				5.326
Contratos futuros DOL	(26)	3.730	(480)	
Contratos futuros DI	953	18.242	(2.190)	
Prêmio de Opções		(2.020)	(68)	
Total	927	19.952	2.588	

b. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia: A margem dada em garantia de operações negociadas na BMF&Bovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 532 (R\$ 13.893 em 2015).

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber:

	2016		2015	
	2016	2016	2015	2015
Empréstimos - Setor privado (1)	192.778	1.101.158		
Operações de crédito vinculadas à cessão - empréstimos	14.985	47.068		
Financiamentos - Setor privado	1.229.289	1.012.962		
Operações de crédito vinculadas a cessão - financiamentos	311.111	877.476		
Outros empréstimos - cartão de crédito	50.131	65.131		
Outros financiamentos - cartão de crédito	15.940	26.074		
Títulos e créditos a receber (Nota 9)	40.037	35.728		
Total	1.854.271	3.165.597		

(1) No exercício foram baixados para prejuízo o montante de R\$ 1,056 bilhão, referente às carteiras de créditos adquiridas.

b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica:

	2016		2015	
	2016	2016	2015	2015
Indústria	42	51		
Comércio	452			
Outros serviços	27.738	232.364		
Pessoas físicas	1.826.039	2.933.182		
Total	1.854.271	3.165.597		

c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos.

	2016		2015	
	2016	2016	2015	2015
Créditos vencimento				
A partir de 15 dias	265.332	1.194.782		
Créditos a vencer				
Até 3 meses	441.352	482.594		
3 a 12 meses	681.646	823.970		
1 a 3 anos	448.897	643.374		
3 a 5 anos	17.044	20.877		
Total	1.854.271	3.165.597		

d. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

Nível	2016			2015		
	Empréstimos e financiamentos	Títulos e créditos a receber	Total da carteira	%	Provisão	
A	496.424	5.872	492.296	0,5	2.461	
B	554.533	15.953	570.486	1	5.705	
C	256.358	11.061	267.419	3	8.023	
D	111.711	6.720	118.431	10	11.843	
E	70.200	57	70.257	30	21.077	
F	49.690	39	49.729	50	24.865	
G	42.710	40	42.750	70	29.924	
H	242.608	295	242.903	100	242.903	
Total	1.814.234	40.037	1.854.271		346.801	

e. Aquisição de carteiras: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificadas como "operação com transferência substancial dos riscos e benefícios", conforme demonstrado abaixo:

	2016			2015		
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	Total adquirido	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	Total adquirido
Valor principal carteira adquirida	834.546	1.919.816	2.754.362	834.546	1.919.816	2.754.362
(-) Provisões para devedores duvidosos	(834.546)	(1.919.816)		(834.546)	(1.919.816)	
Valor contábil da carteira adquirida						
Custo nas aquisições das carteiras	42.521	81.266	123.787	42.521	81.266	123.787
Montante pago nas aquisições	42.521	81.266	123.787	42.521	81.266	123.787

Valor principal carteira adquirida

(-) Provisões para devedores duvidosos

Valor contábil da carteira adquirida

Custo nas aquisições das carteiras

Montante pago nas aquisições

Montante pago nas aquisições

Movimentação deságio e custo

Realização deságio

Amortização custo

Saldo no início do exercício

(+) Novas aquisições

(-) Realização/amortização 2016

Total em 31 de dezembro de 2016

Realização deságio

Amortização custo

Saldo no início do exercício

(+) Novas aquisições

(-) Realização/amortização 2015

Total em 31 de dezembro de 2015

f. Resultado das operações de crédito:

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Operações de crédito				
Rendas de empréstimos	48.401	83.985	55.556	
Rendas de financiamentos	249.305	482.321	403.338	
Resultado na cessão de operações de crédito (i)	(397)	(963)	(1.603)	
Resultado na securitização de crédito	2	2	(67.015)	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (ii)	190.069	281.633	56.202	
Outras rendas de cartão de crédito	2.970	6.378	8.968	
Total	490.350	853.356	455.446	

(i) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533. (ii) Refere-se substancialmente ao recebimento das carteiras adquiridas.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Saldo no início dos semestres/exercícios	1.193.283	1.312.756	178.316	
Constituição (i)	167.553	1.159.648	1.343.855	
Reversão (ii)	(13.895)	(51.755)	(67.411)	
Baixados para prejuízo	(1.000.140)	(2.073.848)	(142.004)	
Total	346.801	346.801	1.312.756	

Saldo no fim dos semestres/exercícios

(i) A PCLD constituída no exercício está representada pelas carteiras adquiridas no valor de R\$ 834.546 (R\$ 1.056.882 em 2015) (nota 8e) o qual não transitou pelo resultado e a provisão da PCLD em curso normal no valor de R\$ 325.102 (R\$ 286.973 em 2015). (ii) A reversão da PCLD no montante de R\$ 126.135 (R\$ 133.060 em 2015) foi impactada pela baixa dos créditos para prejuízo nos Fids, pela recompra de créditos vencidos há mais de 360 dias e pela baixa de recebimentos de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 84.125 (R\$ 65.649 em 2015). h. Cessões de crédito: As cessões de créditos sem coobrigação, com retenção substancial de risco realizadas com FIDCs nos quais a instituição detém cotas subordinadas e os créditos securitizados são realizados à Companhia Securitizadora, como segue:

	2016		2015	
	2016	2016	2015	2015
Sem coobrigação, com retenção substancial de risco	31.173	791.276		
Créditos cedidos com coobrigação				
Créditos securitizados	20.172	86.168		
Total	51.345	902.240		

Resultado na cessão de operações de crédito com coobrigação (i)

Resultado líquido com cessões de crédito sem coobrigação (ii)

Resultado de operações de cessão de créditos, líquido de despesas com liquidações antecipadas e parcelas honradas de coobrigações

(i) Contabilizado na rubrica "Resultado com operações de crédito". (ii) Refere-se ao resultado de securitização e de cessão de crédito sem coobrigação no exercício no montante de R\$ 0 (R\$ 67.015 em 2015) e reversão de provisão no montante de R\$ 0 (R\$ 75.405 em 2015). Foram reconhecidas no exercício receita de juros para as operações regidas de acordo com a Resolução CMN nº 3533 o montante de R\$ 188.712 (R\$ 253.123 em 2015), e estão registradas na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros", tendo sido apropriadas no exercício despesas de juros no montante de R\$ 215.254 (R\$ 271.254 em 2015) registrado na rubrica "Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

Informações complementares:

Montante de créditos renegociados no exercício

Montante de créditos recuperados no exercício

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2016		2015	
	2016	2016	2015	2015
Rendas a receber	1.302	1.641		
Adiantamentos diversos	2.561	4.436		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 17b)	176.862	166.875		
Devedores por depósitos em garantia (i)	6.052	7.148		
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.492	306		
Títulos e créditos a receber (iii)	40.037	38.167		
Custo de aquisição de carteira de créditos (iv)	230.705	160.960		
Devedores diversos - país	7.895	13.514		
Devedores diversos - exterior	326	1.952		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(1.552)	(1.565)		
Total	465.680	393.434		

(i) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais. (ii) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura. (iii) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer. (iv) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos (Nota 8e).

b. Despesas antecipadas: Referem-se, basicamente, a:

Comissão sobre colocação dos FIDC's

Comissão sobre colocação DPGE

Comissão sobre colocação LC

Custos de origemação de operações de crédito

Consultoria estratégica

Outras

As comissões pagas pela origemação das operações de créditos até 31 de dezembro de 2015, são reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos e seu valor de apropriação é calculado pelo método linear. Conforme circular 3.693/2013 do Bacen, as comissões pagas pela origemação das operações de créditos, ocorridas em 2015 e 2016 são reconhecidas a resultado 1/3 e 2/3 respectivamente no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses.

10. OUTROS VALORES E BENS

a. Bens não destinados a uso: Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2016 seus saldos totalizavam R\$ 1.966 (R\$ 3.280 em 2015).

b. Despesas antecipadas: Referem-se, basicamente, a:

Comissão sobre colocação dos FIDC's

Comissão sobre colocação DPGE

Comissão sobre colocação LC

Custos de origemação de operações de crédito

Consultoria estratégica

Outras

As comissões pagas pela origemação das operações de créditos até 31 de dezembro de 2015, são reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos e seu valor de apropriação é calculado pelo método linear. Conforme circular 3.693/2013 do Bacen, as comissões pagas pela origemação das operações de créditos, ocorridas em 2015 e 2016 são reconhecidas a resultado 1/3 e 2/3 respectivamente no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses.

11. INVESTIMENTOS

	2016				Total
	Omni Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Omni Companhia Securitizadora	Omni Arrendamento Mercantil	
Saldo em 30/06/2016 - Investimento	2.903				



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

Soluções Financeiras

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. **c. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. Foram distribuídos no exercício o montante de R\$ 13 milhões (R\$ 10 milhões em 2015).

d. Reservas especiais de lucros: O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

19. RECEITA DE SERVIÇOS

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Receita de avaliação e cadastro	26.881	58.869	59.157	
Anuidade cartão de crédito	8.428	16.569	15.457	
Comissão sobre compras cartão	4.238	8.376	8.375	
Intermediação de seguros	2.136	3.613	777	
Serviços de gestão e cobrança	4.768	12.488	14.635	
Outras receitas	10	21	24	
Total	46.461	99.936	98.425	

20. DESPESA DE PESSOAL

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Remuneração	(4.037)	(7.190)	(8.449)	
Encargos	(1.243)	(2.383)	(2.965)	
Benefícios	(853)	(1.499)	(1.778)	
Treinamento	(80)	(89)	(161)	
Provisão de PPR	(2.302)	(2.926)	(737)	
Total	(8.515)	(14.087)	(14.090)	

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Despesas de alugueis	(2.762)	(5.409)	(5.138)	
Comunicações	(2.760)	(5.828)	(4.400)	
Processamento de dados	(2.699)	(5.694)	(6.617)	
Promoções e relações públicas	(379)	(436)	(2.111)	
Propaganda e publicidade	(27)	(135)	(1.673)	
Seguros	(19)	(40)	(60)	
Serviços do sistema financeiro	(4.990)	(9.638)	(8.590)	
Serviços de terceiros (i)	(126.451)	(232.344)	(179.800)	
Serviços técnicos especializados (ii)	(19.169)	(55.133)	(60.621)	
Despesa de transporte	(362)	(654)	(763)	
Despesa com despachante	(398)	(885)	(82)	
Emolumentos judiciais e cartorários	(15.567)	(26.750)	(14.858)	
Taxas e notificações	(1.218)	(2.092)	(3.096)	
Multa e Juros sobre Impostos e Contribuições (iii)	(2.887)	(5.998)	(7.325)	
Outras despesas administrativas	(2.705)	(5.191)	(6.721)	
Total	(182.393)	(356.227)	(301.855)	

(i) Composto, substancialmente, por comissões. (ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis. (iii) Composto, substancialmente, por atualização referente adesão ao Refis.

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Despesa com COFINS	(9.298)	(20.737)	(20.507)	
Despesa com ISS	(2.267)	(4.754)	(4.781)	
Despesa com PIS	(1.512)	(3.370)	(3.332)	
Outras	(11)	(149)	(140)	
Total	(13.088)	(29.010)	(28.760)	

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Recuperação de encargos e despesas	257	468	567	
Atualização de impostos a compensar	581	724	1.171	
Deságio na aquisição de carteira de créditos (Nota 8 e)	5.389	12.850	7.090	
Reversão de provisão de ações perdidas e danos	4.769	8.996	9.409	
Outras rendas operacionais	2.012	4.196	2.109	
Total	13.008	27.234	20.346	

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Descontos concedidos	(85.227)	(132.137)	(36.512)	
Perdas em ações de perdas e danos	(14.470)	(27.136)	(34.836)	
Perdas com fraudes	(160)	(315)	(167)	
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(1.252)	(2.788)	(3.639)	
Custo de aquisição de carteiras (Nota 8 e)	(35.667)	(54.042)	(6.172)	
Outras despesas operacionais	(2.038)	(4.336)	(2.820)	
Total	(138.814)	(220.754)	(84.146)	

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de Dezembro 2016, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Omni, estão demonstrados a seguir:

a. Saldos com sociedades ligadas

	2016					
	Omni Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Omni Companhia Securitizadora	Multibens Companhia Securitizadora	Omni Arrendamento Mercantil	Omni Administradora de Cartões de Crédito
Ativo	127	80	—	20	7.527	7
Recursos de aplicações interfinanceiras	—	—	—	—	7.516	—
Depósitos Interfinanceiros	—	—	—	—	7.516	—
Outros créditos	127	80	—	20	11	7
Valores a receber de sociedades ligadas	127	80	—	20	11	7
Passivo	(4.406)	(16.815)	(11.724)	(5.768)	(6)	(76)
Recursos de aceites cambiais	(4.406)	(16.815)	(11.724)	(5.667)	—	(76)
Obrigações por RDB - Recibo de Depósito Bancário	(4.406)	(16.815)	(11.724)	(5.667)	(6)	(76)
Outras obrigações	—	—	—	—	(101)	—
Devedores por cessão de crédito	—	—	—	—	(101)	(6)
Receitas	433	162	55	20	215	7
Rendas Depósitos Interfinanceiros	—	—	—	—	200	—
Rendas de Aplicações	—	—	—	—	—	—
Depósitos Interfinanceiros	—	—	—	—	200	—
Outras receitas operacionais	433	162	55	20	15	7
Recuperação de despesas administrativas	433	162	55	20	15	7
Despesas	(34.769)	(4.557)	(3.243)	(644)	(113)	(3.243)
Despesas com captação	(1.078)	(1.208)	(1.068)	(644)	(113)	(18)
Despesas de aceites cambiais, depósitos interfinanceiros e RDB - Recibo de Depósito Bancário	(1.078)	(1.208)	(1.068)	(644)	(113)	(18)
Despesas administrativas	(33.691)	(3.349)	—	—	—	(3.225)
Despesas com prestação de serviços	(33.691)	(3.349)	—	—	—	(3.225)
Outras receitas operacionais	—	—	(2.175)	—	—	—
Despesas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	—	—	(2.175)	—	—	—

	2015					
	Omni Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Omni Companhia Securitizadora	Multibens Companhia Securitizadora	Omni Arrendamento Mercantil	Omni Administradora de Cartões de Crédito
Devedores por cessão de crédito	—	—	—	(178)	—	—
Receitas	731	96	6.617	3.369	26	—
Outras receitas operacionais	731	96	6.617	3.369	26	—
Recuperação de despesas administrativas	731	96	306	26	26	—
Comissão sobre cobrança	—	—	6.311	3.343	—	—
Despesas	(42.625)	(4.629)	(21.039)	(334)	(438)	(51)
Despesas com captação	(951)	(248)	(10)	(334)	(438)	(51)
Despesas de aceites cambiais e depósitos interfinanceiros	(951)	(248)	(10)	(334)	(438)	(51)
Despesas administrativas	(41.674)	(4.381)	—	—	—	—
Despesas com prestação de serviços	(41.674)	(4.381)	—	—	—	—
Outras receitas operacionais	—	—	(21.029)	—	—	—
Despesas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	—	—	(21.029)	—	—	—

b. Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 2.499 (R\$ 2.566 em 2015). A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição). A Instituição não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados. **c. Saldos com partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de depósitos a prazo e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 324.587 (R\$ 249.091 em 2015), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

26. INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

	2016	2015
Patrimônio de referência	347.790	324.869
Patrimônio de referência nível I	347.790	324.869
Capital Principal - CP	256.483	248.518
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	91.307	76.351
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	347.790	324.869
Patrimônio de referência (a)	347.790	324.869
RW Acpad - crédito	166.654	218.447
RW Acpad - operacional	60.868	40.541
Patrimônio de referência exigido (b)	227.522	258.988
Margem (a - b)	120.268	65.881
Rban - Juros carteira não negociável (c)	19.895	15.282
Margem (a - c)	327.895	309.588
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (d)	2.304.022	2.354.438
Índice de Basileia (a/d)	15,09%	13,80%

(i) A partir de 1º de janeiro de 2016, através das Resoluções nºs 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 9,875% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência. (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nºs 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito: O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nºs 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados. Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados. Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a Omni adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Artigo 5º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia. **b. Outras informações:** A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 18 de fevereiro de 2016, assinou um contrato de compra e venda de ações para aquisição de 100% das ações do Banco Pecúnia S.A. detidas pelo Banco Societé Générale Brasil S.A. A concretização do negócio está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil e demais autoridades brasileiras.

A DIRETORIA

William Gouveia Lima - Contador CRC 1SP273890/0-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/0-6

Zenko Nakassato
Contador CRC SP160769/0-0

Mentes criativas estão sempre bem informadas

Seção temática Inovação e Tecnologia. Todas as quintas-feiras no DCI.

Vamos ao que interessa.